

**"Habent sua fata libelli"^[1]: os livros têm o seu destino"
Um exercício comparativo d'A Cultura Brasileira e Educação
e Desenvolvimento no Brasil^[2]**

Jussara Santos Pimenta

Os livros *A Cultura Brasileira e Educação e Desenvolvimento no Brasil* pertencem ambos a momentos diversos da historiografia brasileira em educação, cujos autores procuraram produzir sínteses que mostrassem o Brasil em sua diversidade cultural e educacional. O presente trabalho é uma tentativa de estabelecer um exercício comparativo entre as obras de Fernando de Azevedo e J. Roberto Moreira. Para tanto, foram escolhidos alguns parâmetros comparativos, quais sejam eles: os objetivos dos trabalhos, as categorias centrais de análise, a forma de utilização da abordagem histórica, a estrutura dos capítulos, a periodização e as principais fontes utilizadas por cada um em suas respectivas obras. Vale ressaltar que este trabalho se aterá a cumprir essas determinações não sendo uma exaustiva construção em torno desses itens.

O aforismo *Habent sua fata libelli* ou *os livros têm o seu destino*, que intitula o trabalho, serve para ilustrar dois momentos distintos da historiografia brasileira em educação. A expressão também cabe, de certa forma ao destino que ambos, *A Cultura Brasileira* de Fernando de Azevedo e *Educação e Desenvolvimento no Brasil* de J. Roberto Moreira, tiveram. De acordo com o próprio Azevedo, todo livro tem a sua história, *simples e obscura ou agitada e brilhante (e nenhum vale por suas origens ou pelas circunstâncias que o provocaram, mas pelo seu valor intrínseco)*. (Azevedo, 1971: 23).

O primeiro, que na afirmação do autor serviria para *traçar um retrato de corpo inteiro do Brasil* (Azevedo, 1971:21). fez parte da Introdução ao Censo de 1940, que lhe concedeu a legitimidade de interpretação científica e *status* de marco de referência. Foi, portanto, um trabalho que procurou fazer, a partir da síntese numérica do Brasil, uma síntese da cultura e da educação brasileiras.

O segundo livro, *Educação e Desenvolvimento no Brasil*, produzido por J. Roberto Moreira também apresenta certa peculiaridade quanto ao seu destino. O autor dirigiu o Projeto de Pesquisa *Educação e Desenvolvimento* do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais e foi encarregado de desenvolver um estudo sobre educação e desenvolvimento econômico e social na América Latina do qual o livro em questão foi o resultado. Diferentemente da obra de Azevedo, o livro de Moreira não teve a penetração merecida. Pouco conhecido e utilizado por historiadores em educação, foi tema da pesquisa *Do texto à história de uma disciplina: a sociologia da educação que se pode ler no Educação e Desenvolvimento no Brasil de J. R. Moreira*, desenvolvida no Departamento de Educação da PUC do Rio de Janeiro de 1993 a 1995, sob a coordenação da Prof Zaia Brandão. A respeito desse esquecimento, Brandão (1997) afirma que um dos motivos que levaram a tomar este texto como objeto de estudo foi tentar compreender como um livro que produziu um *sentimento de diferença, de ineditismo, ruptura e peculiaridade* a despeito disto *passasse despercebido por várias gerações de educadores desde que foi publicado* (Brandão, 1997:7). Apesar desse esquecimento, esse livro foi um produto de uma tradição em pesquisa educacional interrompido devido ao fechamento do Centro de Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Azevedo procurou descrever o Brasil de forma minuciosa nos seus diferentes aspectos, cultural, social e sobretudo educacional, de forma que com esse estudo contribuísse para oferecer ao Censo o *máximo de informações científicas reunidas que apontassem os problemas peculiares do país*, como também servir na obra de reconstrução do país *balizando a operação de mudança e sua integração à modernidade* em suas diversas *ordens de motivos* (Toledo, 1995:98-99).^[3]

A obra de Moreira também atende ao critério de encomendada, ou seja, publicada no início dos anos 60, ela fazia parte de um projeto do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciência Sociais. Tratava-se do desenvolvimento de um trabalho, em cooperação com o Prof. J. Havighurst, da Universidade de Chicago, que fazia um esboço *sobre as características sociais e culturais da educação brasileira* e procurava trazer as discussões travadas no âmbito do campo educacional para as ciências sociais servindo à preparação de inquéritos nacionais *sobre educação e desenvolvimento não só no Brasil mas também na América Latina* (Moreira, 1960: 7).

As categorias centrais de análise utilizadas por Azevedo são cultura, que segundo o autor *constitui a parte nuclear da obra ou, por outras palavras, o seu eixo de gravitação* (Azevedo, 1971:27), não no seu sentido antropológico, mas numa análise sociológica; conceito de sociedade, de fato social; conceito de cultura e civilização, conceito de educação; relação educação/cultura; conceito de mudança social/evolução/crise; civilização urbana e unidade nacional. Em contrapartida, em Moreira encontramos apenas as categorias educação, desenvolvimento e planejamento. A forma de utilização da abordagem histórica é comum aos dois autores, ou seja, ambos não utilizam a história de forma estrita, isto é, ela é utilizada apenas como auxiliar na interpretação e análise feita pelo autor. A periodização empregada também é comum aos dois autores. Em ambos, ela está centrada em marcos que não são os políticos. Azevedo constrói a periodização a partir dos referenciais com que ele está trabalhando.

Assim, ambos procuram apresentar uma visão geral do desenvolvimento da história da educação brasileira desde o período colonial até a fase republicana. Moreira procura, ao longo dos quatro capítulos, a partir das condições fisiográficas, demográficas, sócio-econômicas e culturais do Brasil

relacioná-las, de forma bastante clara e concisa, ao contexto educacional de cada época específica: colônia, império e república. Os autores fundamentam suas análises empregando a produção mais significativa da época em que estão inseridos.

Assim, para a sua síntese, Azevedo procura empregar fontes dentro de um espectro bem amplo de possibilidades. Os autores não pertencem a uma mesma escola de pensamento e nem se encontram ligados a um mesmo tema ou tipo de problema. As fontes são, de certa forma *arranjadas* de forma a emprestarem coerência quando de sua utilização, isto é, as fontes são articuladas independentemente de seu conteúdo às análises efetuadas por Azevedo. Procura utilizar como fontes informativas textos legais, dados quantitativos e fontes documentais, utilizando-se de trabalhos de autores brasileiros que parecem não ter para ele o mesmo nível de cientificidade que os autores estrangeiros. Como fonte conformadora ele se utiliza fundamentalmente de Dürkeim e de seus seguidores, que aparecem como verdade científica. Como fontes teóricas ou que dialogam com suas opções metodológicas, são chamados autores estrangeiros diversos, em sua maioria franceses e têm por finalidade demonstrar a erudição do autor, comprovar suas teorias e interpretações e produzir *um efeito de autoridade, neutralizando as possíveis críticas à obra, à medida que o Autor transita por um espectro largo de autores e opta, a partir desse conhecimento, pelas "melhores" e mais 'seguras' interpretações, consolidando entre essas a sua* (Toledo, 1995:143). Moreira utiliza-se basicamente de trabalhos nas áreas sociológica, historiográfica e antropológica de autores predominantemente brasileiros ou radicados no Brasil e que são *autores fundadores desses campos disciplinares* (Brandão, 1999:8). Autores como Oliveira Vianna, Gilberto Freire, Antônio Cândido, Roger Bastide, são alguns dos autores utilizados para emprestar a sustentação teórica necessária ao livro. Também se utiliza de documentação, como por exemplo, relatórios dos presidentes provinciais, pronunciamentos de parlamentares, legislação, projetos de reforma e consulta aos dados do Censo. Gilberto Freire é um dos autores utilizados por ambos nas suas interpretações e análises. Azevedo emprega as obras de Freire dialogando com outras obras de autores muitas vezes de tendências opostas de interpretação, mas sempre *arranjando* essas fontes para que elas tenham coerência com a análise que está desenvolvendo, o que Toledo (1995: 145) denomina de *zona de consenso teórico*. Já Moreira não utiliza as fontes dessa maneira, ou seja, ele emprega suas fontes de forma que elas vão dar respaldo às suas análises sem operar quaisquer distorções nem utilizar estratégias para dar comprovação às suas teorias.

Em termos de semelhanças e diferenças entre as duas obras estudadas, podemos entrever mais diferenças que semelhanças. Notamos as principais semelhanças no tocante a forma de abordagem histórica e a periodização utilizada. Observando bem os outros itens propostos para análise fica-nos, claramente, o sentido de diferenciação que cada autor empreendeu ao utilizar as fontes, nos objetivos de cada trabalho, na escolha das categorias de análise e na estrutura dos capítulos. Há que se ressaltar ainda as escolhas que cada autor faz ao discutir certos assuntos. Azevedo, por exemplo, evita certos assuntos e transfere-os para uma *zona de pensamento perigoso*, lugar onde os embates políticos são nada mais nada menos que o resultado do choque do *novo frente ao velho, do moderno frente ao tradicional, típicos de um momento de crise* (Toledo, 1995: 102). Não encontramos esse tipo de estratégia em Moreira. Azevedo também privilegia determinados agentes e períodos na sua interpretação. É o caso da educação jesuítica, que Azevedo afirma como *um dos fatores mais importantes de integração e de unidade nacional*. Outra questão a ressaltar é quanto ao fato de Azevedo ser ele próprio personagem e autor, ou seja, ele faz parte da história que conta, fato que não ocorre com Moreira. Este conta a história do lado de fora dos fatos sociais por ele analisados. Conquanto as críticas efetuadas à efusão retórica de Azevedo, resta concluir que trata-se de uma obra importante que trouxe e traz contribuições inestimáveis à historiografia brasileira. Quanto a Moreira, vale ressaltar que sua concisão, seu modo econômico de utilizar as palavras, fazem do seu livro um capítulo ímpar do nosso patrimônio educacional, que não condiz com a condição de livro esquecido por toda uma geração de educadores. E lembrando Azevedo, concluímos dizendo *que todo livro tem a sua história, simples e obscura ou agitada e brilhante e nenhum vale por suas origens ou pelas circunstâncias que o provocaram, mas pelo seu valor intrínseco*.

Bibliografia

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Editora da USP, 1971, 5ª ed.. (Parte Terceira).

BRANDÃO, Zaia e outros. O Esquecimento de um Livro: Tentativa de Reconstituição de uma Tradição Intelectual. *Revista Brasileira de Educação*, n. 3, set./out./nov./dez. 1996.

BRANDÃO, Zaia. *A Intelligentsia Educacional: um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH/Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 1999. 205p.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de Carvalho. Notas para a reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930). *Cadernos de Pesquisa*, n. 71, nov. 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de Carvalho. O Novo, o Velho, o Perigoso: relendo a Cultura Brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, n. 71, nov. 1989.

CORRÊA, Mariza. A Revolução dos Normalistas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 66, ago. 1988, p. 13-24.

HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O Imaginário Moderno no Brasil. In: *A Invenção do Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MARTINS, Luciano. A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920-1940). *RBCS*, n. 4, v. 2, jun. 1987.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. O CBPE: um projeto de Anísio Teixeira. In: *Por que não lemos Anísio Teixeira*. 1997.

MOREIRA, J. Roberto. *Educação e Desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: CLAPCS, 1960. (Capítulos 1 a 4).

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/MEC, 1976.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou as Aventuras e Desventuras do Criador e da Criatura*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1995.

[1] *Habent sua fata libelli*. (Citado por Azevedo, p. 23) Lat. Os livros têm seu o seu destino. Aforismo de Terenciano Mauro, cuja obra permaneceu obscura durante muito tempo. Uol - Dicionário Michaelis - Expressões Latinas e de outras Línguas estrangeiras.

[2] Foram analisados apenas os quatro primeiros capítulos do livro *Educação e Desenvolvimento no Brasil* de J. Roberto Moreira e a Parte Terceira d'A *Cultura Brasileira* intitulada *A Transmissão da Cultura*.

[3] Motivos de ordem técnica, de ordem política, de ordem administrativa e de ordem econômica.